



3933552



00135.218402/2023-38

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)
1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA
a) Unidade Descentralizadora e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania Nome da autoridade competente: Isadora Brandão Araújo da Silva Número do CPF: 033.302.135-58 Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - 810006/00001 Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas, da Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos - 810006/00001
2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA
a) Unidade Descentralizada e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade de Brasília Nome da autoridade competente: Profa. Márcia Abrahão Moura Número do CPF: 334.590.531-00 Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Instituto de Ciências Sociais (ICS)
b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Universidade de Brasília - 154040/15257 Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: Universidade de Brasília - 154040/15257
3. OBJETO: O presente instrumento tem por objeto produzir conhecimento sobre as migrações internacionais no Brasil, mediante pesquisas quantitativas (análises estatísticas) e qualitativas com estudos teóricos e empíricos.
4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED: Os resultados esperados da parceria são: a) Busca, análise e tratamento de dados dispostos em bases de dados disponíveis sobre migração, refúgio e apatridia nas cidades fronteiriças; b) Identificação de indicadores a partir do cruzamento de variáveis disponíveis envolvendo marcadores da diferença, a saber: raça/etnia, gênero, infância e juventude, população LGBTQIAP+, pessoas portadoras de deficiência (PCDs) e população em situação de rua; c) Diagnósticos que permitam o fortalecimento de bases de dados sobre migração, refúgio e apatridia a partir da inclusão de variáveis que possibilitam uma análise mais precisa da população migrante a partir dos marcadores de diferença; d) Publicação de relatórios de viés quantitativos e qualitativos a partir dos achados da pesquisa; e e) Fortalecimento da rede de atores parceiros nas cidades fronteiriças a partir da colaboração no acesso aos dados. As ações, metas e produtos previstos são: META 1. Mapeamento dos sistemas de informações disponíveis sobre migrações, refúgio e apatridia em cidades fronteiriças. Estudo a partir de um levantamento dos sistemas de informações disponíveis nas cidades fronteiriças no campo das migrações refúgio e apatridia. Análise de consistência estatística das bases de dados disponíveis realizada por meio da exploração e análise das estatísticas oficiais. Prevê-se, das bases de dados disponíveis, tratamento e limpeza da base; análise de crítica e consistência da base de dados; tabulação; análise de limites e potencialidades das bases de dados;

Produto 1.1 – Relatório a partir do mapeamento com as principais bases de dados e sistemas de informação sobre migrações, refúgio e apatridia em cidades de fronteira.

Produto 1.2 – Relatório a partir do levantamento das possíveis bases de dados e registros administrativos que poderiam ser utilizadas para produção de dados em cidades fronteiriças.

META 2. Análise das bases de dados existente sobre migração, refúgio e apatridia com foco nos marcadores sociais de diferença e desigualdade.

Estudo e análise de crítica e consistência das diferentes bases de dados, repositórios e congêneres que possuem informações e dados sobre imigração no Brasil com potencialidades de análise dos marcadores das diferenças e desigualdades sociais. - Levantamento das potencialidades e limitações para a utilização dos seguintes temas nas bases de dados:

1. Raça/etnia; 2. Gênero; 3. Infância e juventude; 4. População LGBTQIAP+; 5. PCDs; 6. População em situação de rua.

Produto 2.1 - Estudo sobre as informações disponíveis com as bases de dados oficiais existentes sobre migrações, refúgio e apatridia para o desenvolvimento de políticas públicas com incidência nos marcadores da diferença e desigualdades sociais.

Relatório com as potencialidades e limitações das bases de dados e informações disponíveis no Brasil sobre a análise dos marcadores sociais para elaboração de políticas públicas.

Produto 2.2 - Análise das potencialidades e limitações sobre as possibilidades de análises dos marcadores das diferenças e desigualdades sociais nas bases de dados existentes sobre migração refúgio e apatridia. Relatório contendo análise comparativa entre as diferentes bases de dados disponíveis sobre migração refúgio e apatridia.

META 3. Diagnóstico propositivo para a inserção de variáveis temáticas nas bases de dados do Governo Federal.

Concepção e proposição de diagnóstico sobre inserção de variáveis.

Produto 3.1 - Diagnóstico sobre as possibilidades de inclusão de variáveis que permitam a análise dos marcadores de diferenças e desigualdades sociais nas bases de dados existentes do Governo Federal.

Relatório em forma de diagnóstico propositivo indicando as possíveis inserções de variáveis que captem marcadores de diferenças e desigualdades sociais em bases de dados e sistemas de informação sobre imigração, refúgio e apatridia já em análise dos seguintes órgãos:

Ministério da Justiça e Segurança Pública: CGIL - Coordenação-Geral de Imigração Laboral; CGCONARE - Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados; Coordenação-Geral de Política Migratória-CGPMIG; Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes - CGETP; CNIG - Conselho Nacional de Imigração; e CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados.

Ministério das Relações Exteriores: Concessão de emissão de vistos;

Ministério do Trabalho e Emprego: CAGED -Cadastro Geral de Empregados e Desempregado; CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social; RAIS - Relação Anual de Informações sociais; e e-Social - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais.

Polícia Federal: STI - Sistema de Tráfego Internacional; STI-MAR - Sistema de Tráfego Internacional - Módulo de Alertas e Restrições; e SisMigra - Sistema de Registro Nacional Migratório.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: CADÚNICO e Benefício de Prestação Continuada.

Ministério da Educação: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Produto 3.2 - Diagnóstico sobre as possibilidades de inclusão de variáveis que permita a análise dos marcadores da diferença e desigualdades sociais nas bases de dados existentes sobre cidades fronteiriças. Relatório em forma de diagnóstico propositivo indicando as possíveis inserções de variáveis que captem marcadores de diferenças e desigualdades sociais em bases de dados oficiais disponíveis sobre cidades fronteiriças.

META 4. Análise qualitativa dos sistemas de informações disponíveis sobre migrações, refúgio e apatridia em cidades fronteiriças.

Análise qualitativa do conteúdo das bases de dados encontradas em cidades fronteiriças, a partir do cruzamento de variáveis envolvendo os marcadores de diferença e desigualdades sociais.

Produto 4.1- Análise do cruzamento de variáveis com foco nos marcadores de diferença e desigualdades sociais nas cidades fronteiriças. Relatório em forma de estudo qualitativo a partir do material levantado nas bases das cidades fronteiriças.

Produto 4.2 - Tradução em inglês e espanhol do relatório em forma de estudo qualitativo a partir do material levantado nas bases das cidades fronteiriças (produto 4.1).

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

As migrações internacionais e refúgio do século atual diversificaram os projetos migratórios, de modo que convivem a migração de assentamento (migration for settlement) com a migração de retorno definitivo (one-time return migration), e ainda com a migração pendular, isto é, aqueles fluxos que cruzam constantemente as fronteiras das 33 cidades gêmeas brasileiras. Tal dinamismo sinaliza que os fluxos migratórios se caracterizam por não apresentarem projetos fechados e planejados, mas por configurarem vínculos entre a sociedade de origem e a(s) de destino que influenciam em todo o momento as disposições delas e dos migrantes.

Os novos fluxos e dinâmicas migratórias apresentam também novos desafios na recepção e no acolhimento. É necessário pensar em políticas que abarquem a diversidade de fenótipo, cores, gêneros, idades, raças, etnias, identidades e necessidades que cercam tais marcadores da diferença. Assim, é de grande relevância o conhecimento destes dados capazes de identificar tais vulnerabilidades, permitindo ao Estado brasileiro preparar novas agendas, políticas e parcerias.

Em suma, o presente projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação pretende obter e sistematizar dados quantitativos e qualitativos sobre fluxos migratórios internacionais no Brasil, com foco nas cidades fronteiriças e nos marcadores de diferença, que permitam avançar na conceituação das migrações em âmbito acadêmico e na compreensão dos seus múltiplos impactos sociais.

O projeto será desenvolvido pela Universidade de Brasília, através do Observatório das Migrações Internacionais, que possui notória e reconhecida competência na temática. Criado em dezembro de 2013, teve seu lançamento oficial em maio de 2014, com vistas a desenvolver continuamente o conhecimento sobre as migrações internacionais no Brasil, mediante pesquisas quantitativas (análises estatísticas) e qualitativas, com estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas que objetivem as migrações internacionais no Brasil. Foi desenvolvido mapeamento para a identificação de órgãos públicos, organizações não governamentais e grupos de pesquisas e pesquisadores que trabalham com a temática migratória. Esse mapeamento contribuiu para lançar um primeiro olhar sobre como e por quem a migração internacional está sendo tratada no Brasil.

O OBMIGRA foi se consolidando como instrumento fundamental para conhecer e avaliar o fenômeno migratório brasileiro, ocupando-se, nos últimos dez anos, em realizar um diagnóstico sobre as migrações internacionais no Brasil, a partir das potencialidades dos registros administrativos oficiais do governo federal. Esses dados em estado bruto foram cuidadosamente tratados estatisticamente, tabulados e analisados. As parcerias estabelecidas com os órgãos oficiais permitiram que dados, principalmente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEMIG e Polícia Federal - CGIL, CNIg, SISCONARE, STI, STI/MAR e SISMIGRA), do Ministério da Economia (Rais, Caged, CTPS) e do IBGE (Censo) fossem analisados e traduzidos em informações essenciais para o avanço do conhecimento das migrações internacionais no Brasil e serão trabalhadas estatisticamente e analisadas por especialistas durante a vigência do projeto. Esses dados vêm sendo compartilhados periodicamente com toda a população no formato de Relatórios, informativos e microdados mensais, trimestrais, conjunturais e anuais.

Além disto, o Observatório também é participante do Acordo de Cooperação Técnica celebrado (e vigente) entre a Universidade de Brasília - UnB, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, a Polícia Federal - PF, o Ministério da Economia - ME e o Ministério das Relações Exteriores - MRE, cujo objeto é o intercâmbio de dados e informações que permitam subsidiar estatísticas sobre migrações internacionais e refúgio no Brasil (Acordo publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, Nº 128, sexta feira, 9 de julho de 2021).

Isto posto, entende-se o OBMigra como referência acadêmica no desenvolvimento de pesquisas e elaboração de relatórios estatísticos que auxiliam a realização de políticas públicas e dão publicidade e transparência às ações do governo na área migratória, materializando dados, produzindo estudos, analisando tendências e, sobretudo, propondo soluções positivas na atuação governamental diante dos novos fenômenos migratórios no Brasil.

O Termo de Execução Descentralizada é o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, que no presente caso, será celebrado para execução de ações de interesse recíproco, em regime de cooperação mútua (inciso I, art. 3º do Decreto nº 10.426, de 2020).

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?
(X) Sim
() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

(X) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8 §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Limpeza e conservação.
2. Apoio administrativo, técnico e operacional.
3. Serviços de energia elétrica.
4. Vigilância ostensiva.
5. Serviços de água e esgoto.
6. Manutenção e conservação de bens imóveis.
7. Infraestrutura de TIC

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Metas	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total	Início	Fim
META 1. Mapeamento dos sistemas de informações disponíveis sobre migrações, refúgio e apatridia em cidades fronteiriças.	Estudo a partir de um levantamento exaustivo dos sistemas de informações disponíveis em cidades fronteiriças no campo das migrações refúgio e apatridia.	Relatório e Mapeamento.	2	25.000,00	50.000,00	Dez/2023	Nov/2025
PRODUTO 1.1	Mapeamento com as principais bases de dados e sistemas de informação sobre migrações, refúgio e apatridia em cidades de fronteira.	Mapeamento dos sistemas de informação e base de dados em cidades de fronteira.	1	25.000,00	25.000,00	Dez/2023	Nov/2025
PRODUTO 1.2	Levantamento das possíveis bases de dados e registros administrativos que poderiam ser utilizadas para produção de dados em cidades fronteiriças.	Relatório contendo informações de bases de dados e registros administrativos com potencialidades no campo da migração, refúgio e apatridia nas cidades de fronteira.	1	25.000,00	25.000,00	Mai/2024	Nov/2025

<p>META 2. Análise das bases de dados existente sobre migração, refúgio e apatridia com foco nos marcadores sociais de diferença e desigualdade.</p>	<p>Estudo e análise de crítica e consistência das diferentes bases de dados, repositórios e congêneres que possuem informações e dados sobre imigração no Brasil com potencialidades de análise dos marcadores das diferenças e desigualdades sociais. - Levantamento das potencialidades e limitações para a utilização dos seguintes temas nas bases de dados: 1. Raça/etnia; 2. Gênero; 3. Infância e juventude; 4. População LGBTQIAP+; 5. PCDs; 6. População em situação de rua.</p>	<p>Relatório e estudo com as potencialidades e limitações.</p>	<p>2</p>	<p>20.000,00</p>	<p>40.000,00</p>	<p>Jan/2024</p>	<p>Jan/2025</p>
<p>PRODUTO 2.1</p>	<p>Estudo sobre as informações disponíveis com as bases existentes sobre migrações, refúgio e apatridia para o desenvolvimento de políticas públicas com incidência nos marcadores da diferença e desigualdades sociais.</p>	<p>Relatório com as potencialidades e limitações das bases de dados e informações disponíveis no Brasil sobre a análise dos marcadores sociais para elaboração de políticas públicas.</p>	<p>1</p>	<p>20.000,00</p>	<p>20.000,00</p>	<p>Jan/2024</p>	<p>Jan/2025</p>
<p>PRODUTO 2.2</p>	<p>Análise das potencialidades e limitações sobre as possibilidades de análises dos marcadores das diferenças e desigualdades sociais nas bases de dados existentes sobre migração refúgio e apatridia.</p>	<p>Relatório contendo análise comparativa entre as diferentes bases de dados disponíveis sobre migração refúgio e apatridia.</p>	<p>1</p>	<p>20.000,00</p>	<p>20.000,00</p>	<p>Jan/2024</p>	<p>Jan/2025</p>

META 3. Diagnóstico propositivo para a inserção de variáveis temáticas nas bases de dados do Governo Federal.	Concepção e proposição de diagnóstico sobre inserção de variáveis.	Relatórios em forma de diagnóstico propositivo.	2	30.000,00	60.000,00	Fev/2024	Nov/2025
PRODUTO 3.1	Diagnóstico sobre as possibilidades de inclusão de variáveis que permita a análise dos marcadores de diferenças e desigualdades sociais nas bases de dados existentes do Governo Federal.	Relatório em forma de diagnóstico propositivo indicando as possíveis inserções de variáveis que captem marcadores de diferenças e desigualdades sociais em bases de dados e sistemas de informação sobre imigração, refúgio e apatridia.	1	30.000,00	30.000,00	Fev/2024	Nov/2025
PRODUTO 3.2	Diagnóstico sobre as possibilidades de inclusão de variáveis que permita a análise dos marcadores da diferença e desigualdades sociais nas bases de dados existentes sobre cidades fronteiriças.	Relatório em forma de diagnóstico propositivo indicando as possíveis inserções de variáveis que captem marcadores de diferenças e desigualdades sociais em bases de dados e sistemas de informação sobre cidades fronteiriças.	1	30.000,00	30.000,00	Fev/2024	Nov/2025
META 4. Análise qualitativa dos sistemas de informações disponíveis sobre migrações, refúgio e apatridia em cidades fronteiriças.	Análise qualitativa do conteúdo das bases de dados encontradas em cidades fronteiriças a partir do cruzamento de variáveis envolvendo os marcadores de diferença e desigualdades sociais.	Relatórios.	2	49.999,55	49.999,55	Mai/2024	Nov/2025
PRODUTO 4.1	Análise do cruzamento de variáveis com foco nos marcadores de diferença e desigualdades sociais nas cidades fronteiriças.	Relatório em forma de estudo qualitativo a partir do material levantado nas bases das cidades fronteiriças.	1	45.000,00	45.000,00	Mai/2024	Nov/2025
PRODUTO 4.2	Tradução em inglês e espanhol do relatório em forma de estudo qualitativo a partir do material levantado nas bases das cidades fronteiriças (produto 4.1).	Relatório traduzido em inglês e espanhol.	1	4.999,55	4.999,55	Mai/2024	Nov/2025

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro de 2023	R\$ 199.999,55

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Auxílio Financeiro a Pesquisadores.	Não	R\$ 165.217,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Custos Indiretos FUB	Sim	R\$ 24.782,55
339039 - Fundação de Apoio	Sim	R\$ 10.000,00
Total:		R\$ 199.999,55

12. PROPOSIÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizada: Profa. Márcia Abrahão de Moura

13. APROVAÇÃO

Local e data

Nome e assinatura do Responsável pela Unidade Descentralizadora: Isadora Brandão Araújo da Silva

Em 13 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Márcia Abrahão Moura, Usuário Externo**, em 26/11/2023, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Brandão Araújo da Silva, Secretário(a) Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**, em 27/11/2023, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3933552** e o código CRC **69692296**.